

Brasil aceita discutir programa econômico

por Paulo Sotero
de Washington



Fernão Bracher

As conversações entre o governo brasileiro e o comitê de bancos credores sobre uma renegociação ampla do principal e o refinanciamento de uma parte substancial dos juros da dívida externa, que ficaram quatro dias empacadas na discussão da agenda de trabalhos, moveram-se um pouco, na última quarta-feira, depois que o Brasil aceitou a proposta dos banqueiros de abrir as conversas com a discussão do programa econômico do País e das necessidades de financiamento externo do País em 1988 e 1989.

A pretensão inicial dos negociadores brasileiros, comandados pelo ex-presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher, era começar pela renegociação do principal, deixando o tema mais espinhoso, do refinanciamento de juros, para o final.

Na próxima segunda-feira, o governo deve apresentar aos bancos sua projeção sobre o déficit de balanço de pagamentos em 1988 e 1989. De acordo com fontes oficiais brasileiras, a projeção não estabelecerá números precisos, mas sim uma faixa, em que as necessidades de financiamento externo do País oscilam entre pouco menos de US\$ 10 bilhões e pouco mais de US\$ 11 bilhões no triênio 1987-89.

A projeção baseia-se numa previsão de redução do déficit público dos cerca de 5% do PIB, que a Fazenda estima para este ano, para 3,5% no final de 1988. Um déficit de 3,5% do PIB era o objetivo inicial, para 1987, do plano de controle macroeconômico formulado pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira.

A montagem da projeção das contas externas foi coordenada pelo diretor da Área Externa do BC, Carlos Eduardo de Freitas, e por Pedro Malan, diretor-executivo do Brasil no Banco Mundial (BIRD), que agora participa ativamente das negociações com os bancos. Freitas e Malan terão a incumbência de explicá-la aos credores.

Na proposta que apresentou aos bancos no final de setembro, o governo pediu US\$ 10,4 bilhões de refinanciamento de juros, sendo US\$ 4,3 bilhões em 1987, US\$ 3 bilhões em 1988 e US\$ 3,1 bilhões em 1989. Desde então, o Brasil reduziu para US\$ 3,4 bilhões a necessidade de financiamento de 1987, aceitando o argumento dos credores de que o País teve, no segundo semestre do ano, saldos comerciais maiores do que havia projetado, podendo, portanto, pagar um pouco mais.

O empréstimo para refinanciamento de juros que vier a ser obtido dos bancos cobrirá o crédito-ponte de US\$ 3 bilhões que eles concederam ao País, em troca do levantamento da moratória, como parte do "entendimento preliminar" anunciado no dia 11 de novembro passado. O "entendimento" requer que as duas partes cheguem a um acordo de renegociação para 1987, 1988 e 1989 até meados de janeiro.

O empréstimo de US\$ 3 bilhões, que vence em junho de 1988, está praticamente fechado, devendo ser assinado na semana que vem. Ele refinanciará, lenta e gradualmente, cerca de dois terços da conta de juros de 1987.

Na próxima semana devem intensificar-se, também, os contatos entre os bancos e os organismos oficiais de crédito, especialmente o BIRD e o Fundo Monetário Internacional (FMI). As duas instituições enviaram missões técnicas ao Brasil nas últimas semanas para avaliar o programa de controle macroeconômico e preparar o terreno para a negociação de seus respectivos programas de empréstimo ao País. O desejo dos credores privados é, obviamente, que a presença dos organismos oficiais de crédito no financiamento do déficit brasileiro seja a maior possível, pois isso aliviaria a sua participação.

Segundo fontes da delegação brasileira que negocia com os bancos, o pedido de refinanciamento de juros aos bancos parte da premissa de que o País terá transferências neutras, em 1988 e 1989, com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional e transferências ligeiramente negativas tanto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento quanto com as diferentes agências de crédito dos governos dos países industrializados.

Isso significa, portanto, que o déficit do balanço de pagamentos projetado para 1988 terá que ser coberto, essencialmente, por um substancial empréstimo dos bancos — da ordem de

política brasileira impõe para a implementação de uma política econômica racional — um fenômeno amplamente ilustrado pela situação de impotência administrativa em que o atual ministro da Fazenda foi colocado pelos sucessivos vetos e atos de sabotagem política que seus planos sofrem no Palácio do Planalto —, o corpo técnico e os diretores do Banco Mundial não estão inclinados a apostar numa ampliação significativa da carteira de grandes empréstimos setoriais para o Brasil.

Esse empréstimo contém cláusula de condicionalidade política que, sabe-se de antemão, o governo não cumprirá, independentemente do desejo de Bresser Pereira ou de seu sucessor. Sem eles, o governo não obterá do BIRD os recursos que precisa para pagar-lhe os juros, amortizações e taxas em 1988, repetindo, assim, a situação de 1987, quando o Brasil transferiu US\$ 600 mil líquidos para o banco.

Essa perspectiva, naturalmente, preocupa os bancos. Eles estão, por outro lado, cientes de que pode haver mudança no comando do Ministério da Fazenda nas próximas semanas. "Mas nós temos que negociar com quem está no cargo agora", afirma um banqueiro. Esta atitude baseia-se também no cálculo de que o quadro político em que o ministro da Fazenda se movimentará em 1988 não lhe dará muito espaço para atuar, seja ele quem for.

A conjuntura brasileira, combinada com as dificuldades em que os próprios bancos foram colocados pe-

las ameaças constantes de descarrilamento da estratégia da dívida, e pelas incertezas geradas pelo colapso das bolsas em outubro, tem levado executivos de bancos a projetar dois cenários diferentes para as atuais negociações.

No primeiro cenário, elas se arrastarão por vários meses, com o comitê de bancos e os negociadores

brasileiros anunciando sucessivas prorrogações dos prazos para entendimentos previstos no acordo preliminar. "Mas aí existe o risco de o Brasil não retomar os pagamentos de juros em janeiro, o que pode por tudo a perder e provocar uma corrida das linhas de curto prazo", afirma uma fonte do comitê.

No segundo cenário, há

acordo. Este cenário, pelos cálculos de um banqueiro com assento no comitê, pressupõe que os credores aceitem o fato de que, dada a atual fragilidade interna e externa do Brasil, dificilmente terão outra oportunidade como a atual para fazer um acordo mais favorável a seus interesses — que inclui a manutenção do Brasil fora da moratória.